



REFLETINDO SOBRE O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: QUE PROFESSOR, QUE LÍNGUA?

LINCK, Ieda Márcia Donati¹

Palavras-chave: Ensinar. Aprender. Discurso. Ideologia.

Introdução

Este texto discute sobre o imaginário de língua constituído no professor de português. Na perspectiva da Análise de Discurso, buscamos analisar que língua ensinamos, bem como, quem professor é esse que ensina. A materialidade linguística está nas pistas observadas, em respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas com professores de língua portuguesa, do ensino básico ao superior da cidade de Cruz Alta/RS, que referenciam a relação entre a teoria e a prática dos mesmos.

Os movimentos de sentido percebidos na nossa análise reforçam que o sujeito é sempre assujeitado, resultante da interpelação ideológica, sendo também afetado pelo inconsciente. Ou seja, é duplamente afetado, o que permite dizer que o sujeito não está na origem de seu dizer, nem pode conter os sentidos atribuídos a seu discurso. Nessa perspectiva, em Orlandi (2007), o sujeito é pensado como “posição” entre outras, “esse sujeito que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais” (p. 49). Há um já dito em relação ao que se espera de um professor, ou seja, há um imaginário constituído do sujeito professor.

Metodologia

Estudamos a relação (in)direta entre língua e discurso na AD, tendo como base os estudos em Pêcheux, Orlandi, Indursky, Schons, dentre outros, os quais nos permitem afirmar que os sentidos vão além do texto, pois os saberes preexistem ao discurso, considerado como “efeito de sentido entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 1993, p. 82).

Em seguida, apresentamos alguns resultados da análise feita, indicando as várias concepções de língua presentes no discurso do professor. Temos como referência o ensino de língua na perspectiva tradicional em relação à proposta dos Parâmetros Curriculares

¹ Docente da Universidade de Cruz Alta. Acadêmica do Programa de Pós-graduação em Linguística, da UFSM. Pesquisadora do Laboratório Corpus/UFSM e do GEL/UNICRUZ. E-mail: imdlinck@gmail.com



Nacionais, marcando as posições-sujeito sugeridas pela contiguidade, que aponta para o funcionamento discursivo pela regularidade de alguns usos marcados linguisticamente. Para tanto, neste artigo, analisamos um corpus composto por duas sequências discursivas (sds), provenientes das entrevistas feitas com os professores já descritos.

Resultados e Discussões

Considerando que não há como separar a língua do discurso, percebe-se o movimento de sentido que se estabelece no discurso do professor, cuja materialidade linguística se dá ao responder a questão: “Qual a diferença entre ensinar e aprender?”. As sds analisadas possibilitam expor justamente o movimento entre aquilo que pode ou não ser dito (PÊUCHEUX, 1993), em relação ao ensino atual, apontando para a contradição entre o discurso tradicional e o discurso inovador. Sendo:

sd1: Os alunos aprenderão a ser seres humanos mais decentes.

sd 2: Penso que aprender é algo necessário e importante, porém “acredito que o ensino vai além de livros e cadernos.

As sequências discursivas acima corroboram com Orlandi, pois “a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” (2001, p.17). Embasados nessa proposição, apontamos para o discurso do professor, no qual percebemos a contradição, pois quando questionado sobre o que ele acredita ensinar, o entrevistado diz que “alunos aprenderão a ser seres humanos mais decentes”, sd 1, acreditando ser capaz de “ensinar decência” aos alunos. Em outro momento, o discurso do professor mostra dúvida em relação à eficácia de sua prática, apontando para uma concepção de ensino inovador, sugerido pela contradição exercida pelo “porém” entre os verbos “penso” e “acredito”, conforme fragmento da sd 2: “Penso que aprender é algo necessário e importante, porém ‘acredito’ que o ensino vai além de livros e cadernos”. Nesse dizer está presente a regularidade em relação ao já dito, à imagem que a sociedade estabelece como o estereótipo de professor – ganha mal, sente-se despreparado, trabalha muito, é desmotivado e desacreditado – mesmo que se considere possuidor de um conhecimento que será “transmitido” aos alunos. Infelizmente, é dessa forma que respondemos a questão presente no título desse texto.

A análise acima mostra que o discurso deve ser conceituado como a língua posta em funcionamento por sujeitos que produzem sentidos numa dada sociedade, num lugar social. A complexidade desse fenômeno vai muito além do que a epistemologia tradicional previa. O discurso inscreve-se na confluência de três regiões do conhecimento científico. O discurso, a



representação e a práxis pedagógica estão imbricados como produtos de um contexto sócio-histórico no qual a ideologia se faz palavra, se faz gesto. É o sujeito apontando aspectos da história em seu discurso. Orlandi vai além: “Se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (2007, p.49).

Cabe retomar que o discurso, para a AD, constitui-se como alvo de análise em razão de concepções advindas de diversas ciências articuladas por Pêcheux, que considera o sujeito como portador e produto de uma ideologia. “O discurso deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito, nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem” (MALDIDIEIR, 2003, p.22).

Com base nessa perspectiva, podemos considerar que os professores deslizam por diferentes posições-sujeito, o que aponta para a contradição, a fragmentação do sujeito, conforme Cazarin: “A heterogeneidade no interior de uma FD e, conforme estou propondo, trata-se também de pensar no interior de uma mesma posição-sujeito porque, nela, há a possibilidade da contradição, isto é, da diferença interna” (2005, p.129-30). Entendemos isso como heterogeneidade constitutiva na posição-sujeito do sujeito enunciador, ou seja, ele desliza em mais de uma posição-sujeito, apontando para uma contradição, marcada linguisticamente pelo verbo “transmitir” em relação à “forma mediadora”, separadas pelo “porém”, que podemos entender como uma forma de autocorreção. Desse modo, temos que o sujeito pode, por meio de seu discurso, evidenciar uma identificação com a ideologia da classe dominante, mesmo não pertencendo a essa classe e sem ter consciência disso.

Considerações Finais

Quando questionamos sobre a diferença entre ensinar e aprender, o sujeito professor percebe o conhecimento como algo concreto, absolutamente fora do sujeito-aluno, porém presente no sujeito-professor, sendo oferecido por um capaz de ser dominado pelo outro

Ao entrevistarmos os professores, questionando-os sobre as diferenças entre o ensinar e o aprender, foi possível perceber pistas nas respostas, os pontos de fuga, o assujeitamento aos padrões de ensino, a incompletude refletida nos desejos dos entrevistados e a contradição. Nesse momento, entendemos o significado de discurso para a AD e a relevância desse tipo de análise: os significados estão além do texto, ou seja, estão nas experiências de vida, na formação, nas relações, no universo particular desses professores. O ensinar e o aprender geram efeitos de sentido distintos, dependendo dos saberes que os constituem. Convencemo-nos, então, de que o discurso, para a AD, “não existe de forma



isolada, este estabelece relação com outros discursos, as Formações Discursivas (FD)” (INDURSKY, 2003, p.102).

Ainda em relação à análise, os professores apontam quase que exclusivamente as questões do ensinar, em detrimento do que aprender, reportando-se ao discurso institucional no qual há um já-dito de que o professor sabe o suficiente e, como detentor do saber, tem a obrigação de levar o aluno a “querer” aprender. Nesse sentido, ao responderem à pergunta “Há diferença entre ensinar e aprender?”, os entrevistados apontaram de forma repetitiva a ideia do professor como o possuidor do saber, a quem compete ensinar, marcado linguisticamente pelo uso do “ensinar é transmitir”. Como consequência disso, o aluno seria o aluno ideal, ou seja, aquele capaz de memorizar os conceitos previstos nos manuais e gramáticas, passivo no processo de aprendizagem, a quem compete aprender.

Como a língua mostra o que se acredita esconder, em determinado momento os professores se posicionam como proprietários de um determinado conhecimento, que os autoriza a escolher e decidir imperativamente sobre as ações dos estudantes, inclusive decidindo como serão “seres humanos mais decentes”. Essa atitude de posse do saber evidencia uma forma de estabelecer o poder e a autoridade, mostrando que ainda se estabelece uma relação assimétrica na relação entre alunos e professor. Enfim, o professor tem um imaginário de si: ele seria alguém que sabe uma língua e a ensina a alguém que não sabe.

Referências

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula.** Ijuí, RS. Ed. Unijuí, 2005.

INDURSKY, Freda. **Lula lá: estrutura e acontecimento.** In: Organon/UFRS, Instituto de Letras, v. 17, n: 35, 2003.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas.** In: GADET, Françoise. & HAK, Tony (Org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990/1993.